

COMO AS FAKE NEWS AFETAM A CONFIANÇA NA ECONOMIA DIGITAL? COMO EVITÁ-LAS?



Nilson de Oliveira

“Conhecerás a mentira, e a mentira te aprisionará.” A frase é do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Roberto Barroso, em pronunciamento no dia 9 de setembro de 2021. Barroso respondia ao presidente da República, Jair Bolsonaro, que, dois dias antes, tinha ocupado palanque na Avenida Paulista, em São Paulo, para, entre ataques ao STF, reafirmar acusações nunca comprovadas de que o sistema eleitoral com o uso de urnas eletrônicas é fraudulento.

Desde que foi eleito, em 2018, Bolsonaro e parte expressiva de sua base política insistem na narrativa de que o modelo informatizado de coleta de votos, em vigor nos últimos 25 anos, é facilmente adulterado. Por mais que se mostre que o sistema tem várias camadas de segurança, que não é possível o *hackeamento* das urnas, que todo o processo de coleta de informações e contabilização dos votos é auditável pelos partidos políticos e representantes da sociedade civil, o presidente continua a afirmar que a forma mais segura de garantir lisura na disputa eleitoral é o uso de voto impresso e sua contagem manual.

Os bolsonaristas tentaram, por meio de projeto de emenda constitucional, mudar a legislação eleitoral para promover o evidente retrocesso. Na Câmara dos Deputados, precisavam obter o apoio de 308 dos 513 parlamentares para saírem vitoriosos. Em 10 de agosto, o placar do plenário registrou 229 favoráveis e 218 contrários. A proposta foi arquivada. Vários deputados alinhados com o presidente se opuseram à volta ao passado maculado por inúmeros casos de irregularidades que deturpavam o caráter democrático do voto.

Mesmo neste contexto, de ampla rejeição às suas teses, no palanque da Paulista, Bolsonaro afirmou: “A alma da democracia é o voto, não podemos admitir um sistema eleitoral que não oferece qualquer segurança por ocasião das eleições. E não é uma pessoa do TSE que vai nos dizer que este processo é seguro, porque não é. Um ministro do TSE, usando sua caneta, usar sua caneta e desmonetizar páginas que criticam esse tipo de votação. Queremos voto auditável e contagem pública dos votos”.

NEWS FAKE NEWS
NEWS FAKE

DIGITAL

122

E diante dos cerca de 125 mil simpatizantes que o ouviam atentamente, muitos deles com cartazes em defesa do voto impresso, o presidente asseverou: “Não posso participar de uma farsa como essa, patrocinada pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral”.

A observação desses fatos remete a uma parábola judaica. Certo dia, a Mentira e a Verdade se encontraram. A Mentira disse para a Verdade: “Bom dia, dona Verdade!”. E a Verdade foi conferir se realmente era um bom dia. Olhou para o alto, não viu nuvens de chuva, vários pássaros cantavam e, vendo que realmente era um bom dia, respondeu para a Mentira: “Bom dia, dona Mentira!”. “Está muito calor hoje...”, comentou a Mentira. E a Verdade, vendo que a Mentira falava a verdade, relaxou. A Mentira, então, convidou a Verdade para se banhar no rio. Despiu-se de suas vestes, pulou na água e falou: “Venha, dona Verdade. A água está uma delícia”. E, assim que a Verdade, sem duvidar da Mentira, tirou suas vestes e mergulhou, a Mentira saiu da água, vestiu-se com as roupas da Verdade e foi embora. A Verdade, por sua vez, recusou-se a vestir-se com as roupas da Mentira e, por não ter do que se envergonhar, saiu nua a caminhar na rua. Aos olhos das pessoas, porém, era mais fácil aceitar a mentira vestida de verdade, do que a verdade nua e crua.

A Mentira travestida de Verdade aprisiona aquele que fixa seu olhar nela, como bem disse o ministro Barroso. Aprisiona porque cria um vínculo de confiança com o emissor da mensagem que deliberadamente utiliza argumentos falaciosos e ficcionais para o exercício do poder. Poder, aqui, entenda-se, não é apenas uma referência à política, mas ao centro gravitacional de um relacionamento.

Um parêntese importante. Observe, caro leitor, que este artigo não usará a tão propalada expressão *fake news* para designar informações falsas, desinformação ou mentira. A única licença é o título, para localizar o texto no debate do assunto. E isso porque, como afirma a jornalista Cristina Tardáguila, fundadora da Agência Lupa, primeira agência de notícias especializada em *fact-checking* no Brasil, “se algo é *fake* (falso), não é *news* (notícia). O paradoxo contido na expressão reluz à distância”¹.

A psicologia cognitiva conceitua como “fluência de processamento” a sensação de facilidade (ou dificuldade) que temos quando estamos processando algum tipo de informação. Várias pesquisas têm mostrado que a fluência de processamento está diretamente relacionada com julgamentos que fazemos das coisas ao nosso redor.

O professor e pesquisador no Departamento de Psicologia da Universidade do Alabama (EUA), André L. Souza, do blog [Cognando](#), dá um bom exemplo para entender melhor o conceito: “muitas pessoas dizem que odeiam a língua alemã pelo simples fato de que as palavras germânicas são muito grandes (*erfrischungsgetränk*, refrigerante em português, por exemplo). Para um falante acostumado com o tamanho médio das palavras portuguesas, termos grandes podem ser assustadores (e difíceis de processar). A simples sensação de que o idioma alemão é difícil de ser processado faz com que pessoas tenham a sensação de que não gostam da língua”.



Com o sentimento de confiança acontece a mesma coisa.

Quando temos a sensação de “facilidade” para processar certas informações, tendemos a confiar mais nessas informações, mesmo que elas não sejam corretas ou não façam nenhum sentido racional acreditar nelas.

A estrutura da informação falsa, da mentira, sempre foi simples. Não apela à complexidade da ciência nem a referências distantes da realidade de quem a recebe. A mentira basicamente usa nossas próprias fraquezas contra nós. Por isso, como destaca Yuval Noah Harari, “as histórias falsas têm uma vantagem intrínseca em relação à verdade quando se trata de unir as pessoas. Se você quer calibrar a lealdade de um grupo, pedir às pessoas que acreditem num absurdo é um teste muito melhor do que pedir que acreditem na verdade”².

Voltemos ao caso da urna eletrônica x voto impresso. Todo e qualquer sistema que envolva algoritmos é tido como intransponível para a grande maioria das pessoas. A não ser os especialistas e os desenvolvedores, poucos conseguem relatar como as informações são processadas, ainda mais quando envolve um volume astronômico de dados.

Assim, quando alguém apela à fórmula papel + caneta + contagem manual = eleição sem fraude, a fluência do processamento da mensagem é mais fácil, mais tangível, o que estimula a percepção de não manipulação. Em uma sociedade, como a contemporânea, cuja base tecnológica intensificou a circulação de informações, cria-se a partir da equação citada, por exemplo, o solo fértil para uma narrativa que sustenta as teorias da conspiração.

Graças à fluência do processamento, a desinformação premeditada, portanto, oferece ao cidadão desinformado certa segurança contra suposta perda de sua autonomia e de seu livre arbítrio, o que gera confiança naquele que pretende estimular o descrédito em instituições ou marcas ou pessoas que são alvo de ações deletérias contra a legitimidade e a reputação desses entes.

Em “Como as Democracias Morrem”³, os cientistas políticos norte-americanos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt descrevem o lento processo de corrosão das instituições democráticas, promovido por um governante legitimado pelo voto. O êxito para o candidato a autocrata se impor é a quebra total da confiança do eleitorado na democracia. E, para isso, ele precisa alimentar sistematicamente a coletânea de histórias falsas, entre outras desconstruções políticas, como enfraquecimento do Judiciário e a contenção da imprensa independente.

Em 2018, a revista *Science* publicou o artigo “The Spread of True and False News Online”⁴, de autoria de Soroush Vosoughi, Sinan Aral e Deb Roy, professores e pesquisadores do Massachusetts Institute of Technology (MIT). Com a ajuda do Twitter, o trio rastreou cerca de 126.000 histórias que se espalharam na rede social, postagens que foram tuitadas cumulativamente mais de 4,5 milhões de vezes por cerca de 3 milhões de pessoas, entre os anos de 2006 e 2017.

Ao final da análise, que descartou todos os tuítes de robôs, os pesquisadores constataram que informações falsas têm 70% mais probabilidade de serem retuitadas do que histórias verdadeiras. Histórias verdadeiras também levam cerca de seis vezes mais tempo para atingir 1.500 pessoas do que histórias falsas para alcançar o mesmo número de pessoas. Quando se trata das “cascatas” do Twitter, ou cadeias ininterruptas de retuítes, cada falsidade é replicada por até 10 usuários 20 vezes mais rápido do que os fatos.

Das 126.000 histórias, a política compreendeu a maior categoria de postagens, com cerca de 45.000, seguida por lendas urbanas, negócios, terrorismo, ciência, entretenimento e desastres naturais. A disseminação de histórias falsas foi mais pronunciada para referências à política do que verificada em outras categorias.

Todo este cenário, que parece um tanto desolador, remete à recente constatação feita pelo filósofo Edgar Morin, em sua conta no Twitter:

“Nós nos comunicamos muito mal na sociedade da comunicação. Estamos cada vez bem menos informados na sociedade da informação”⁵.

Curiosamente, a certa afirmação do centenário Morin só é possível porque o avanço tecnológico permitiu que a Mentira pudesse ser observada com mais critério e mais criticidade, a ponto de se identificar como ela se traveste de Verdade. A Mentira está cada vez mais nua.

Portanto, o impacto corrosivo das ondas sequentes de informações falsas nos alicerces das sociedades democráticas coloca na ordem do dia que se estabeleçam políticas públicas que acelerem a curva de aprendizado da sociedade para lidar com desinformações forjadas e/ou postas em circulação por negligência ou má-fé, neste caso, com vistas ao lucro fácil ou à manipulação política.

O mais eficiente anteparo contra a desinformação e a mentira e a melhor proteção da veracidade passa necessariamente pelas escolas. A educação básica de qualidade continua a ser o processo mais virtuoso “para estimular o discernimento na escolha das leituras e um saudável ceticismo na forma de absorvê-las”⁶.

No Brasil, por incrível que pareça, desde 2017, as condições já estão oferecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que prevê o desenvolvimento do pensamento crítico de mensagens da mídia em escolas.

Não é preciso nenhum édito para que a educação midiática esteja nas salas de aulas das escolas e das universidades. Para ficar mais claro, a BNCC estabelece que entre as competências a serem desenvolvidas nos alunos está a capacidade de “argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável”⁷.

Se isso for levado a sério pelas autoridades educacionais federais, estaduais e municipais, o ciclo virtuoso fará com que cursos universitários ofereçam a seus alunos aulas de *media literacy* ou alfabetização midiática, com ampla contribuição das plataformas e empresas de tecnologia.

Se a sociedade brasileira e suas elites estiverem realmente desejosas de colocar o país numa rota de avanço civilizatório, as cartas estão na mesa.



Nilson de Oliveira

Sócio da Torabit, uma das principais plataformas brasileiras de monitoramento digital, é sociólogo formado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), com MBA em Gestão de Negócios Socioambientais (Ceats-USP/Ipe). Neste ano, ingressou no MBA em Data Science e Analytics, da USP Esalq. Chegou a cursar três anos de engenharia eletrônica na Faculdade de Engenharia Industrial (FEI) e abandonou o bacharelado em Física, na USP, no penúltimo semestre. Por 18 anos, foi jornalista da Folha de S.Paulo, onde atuou como editor e coordenador. Após deixar a Redação do jornal, tornou-se consultor na área de comunicação corporativa para auxiliar as empresas e outras organizações a cuidarem de suas reputações, lidarem com situações críticas que podem ameaçar seus negócios ou desgastar relacionamentos com públicos estratégicos e a se adequarem à agenda da sustentabilidade. Integrou em 2010 e 2014 a coordenação da comunicação das campanhas da ex-senadora Marina Silva à Presidência da República. A experiência de 2010 propiciou impulsionar uma candidatura, pela primeira vez na política brasileira, com a eficiente sinergia entre as mídias tradicionais e os meios digitais. A disputa eleitoral seguinte foi marcada pelo enfrentamento inédito, até então, de adversários que empregaram suas redes sociais para espalhar fake news. Nas duas oportunidades, contou com a valiosa e prestigiosa parceria de Caio Túlio Costa, uma das principais referências da internet no Brasil.

NOTAS E REFERÊNCIAS

- 1** Tardáguila, Cristina, “Desinformação/Fact-Checking”, in *Tempestade Perfeita – Sete Visões da Crise do Jornalismo Profissional*, Editora Intrínseca, 2021
- 2** Harari, Yuval Noah, *21 Lições para o Século 21*, Companhia das Letras, 2018
- 3** Levistisky, Steven & Ziblatt, Daniel, *Como as Democracias Morrem*, Zahar, 2018
- 4** Vosoughi, Soroush; Aral, Sinan & Roy, Deb, “The Spread of True and False News Online”, in *Science*, Vol. 359, 2018. Disponível em <https://www.science.org/doi/abs/10.1126/science.aap9559>, 2018
- 5** Morin, Edgar, <https://twitter.com/edgarmorinparis/status/1431679136146378753?s=21>
- 6** Frias Filho, Otavio, “O que é falso sobre fake news”, in “Dossiê Pós-Verdade e Jornalismo”, *Revista da USP*, número 116, Editora da Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/146576/140222>
- 7** Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf